

## Ata n.º 7/2023

### Reunião de Câmara realizada no dia 3 de abril de 2023

-----

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila da Lousã, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu ordinária e publicamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. -----

-----

Às dez horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -----

#### 1 - Período antes da Ordem do Dia -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho tomou a palavra começando por alertar que ainda, não foi feita a alteração do fuso horário da iluminação pública, porque na semana passada estava a ligar por volta das dezassete horas. Uma vez que se tem vindo a desenvolver uma campanha de sensibilização para a poupança energética esta medida não vai ao encontro do bom exemplo. Seguidamente, e referindo-se a matéria de trânsito, disse que já abordou de forma informal o Senhor Presidente sobre este assunto. Em sua opinião, seria bom que a Rua Comandante João Ramos viesse a ter circulação contrária à que tem neste momento, a fim de escoar algum trânsito, tanto mais que a Avenida Brasil se encontra com um tráfego bastante exagerado. Tendo em conta as obras em curso e a configuração que as mesmas apresentam afirmou que configura que a via terá o mesmo sentido que sempre teve, contrariando desta forma, o que foi falado informalmente sobre o que era perspectivado fazer e que iria entroncar na Rua Dr. Pires de Carvalho. Questionou o Executivo sobre se entendem ser esta a melhor solução. Mencionou outras vias que mereciam estudo com alguma acuidade, como a Rua do Teatro Velho e a

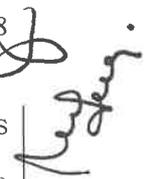
passagem de nível que poderá ou não ficar em funcionamento. Deu nota que as vias de acesso para circular da parte mais urbana da vila para a zona das Gândaras e Nave de Exposições são a Rua 1º de Dezembro, a volta à vila pelos Ramalhais ou pela Rua Sacadura Cabral, não existindo outras alternativas. Apelou para que fosse reconfigurada e revista, em tempo, esta situação da Rua Comandante João Ramos, porque no seu entendimento traria benefícios a nível do trânsito para todos, quer aos utilizadores quer aos moradores. Reiterou que a Avenida do Brasil está estreita e mais *“parece uma travessa e não uma avenida como o nome indica.”* Seguidamente, referiu-se a um ajuste direto adjudicado à empresa Iventis Lousã que vai organizar o evento solidário no próximo dia catorze. Considerando a lotação da Nave de Exposições e o preço médio do bilhete no valor de quinze euros, a bilheteira vai gerar o montante em cerca de quinze mil euros, em que 50% reverte, e bem, a favor da Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, adiante designada por ARCIL e os outros 50% para a Associação Sara Carreira. Ainda assim, a autarquia tem que fazer um esforço financeiro no valor de dez mil euros, disse entender que um evento desta natureza e dimensão promove o Território, no entanto, o que não entende é a repartição dos valores, ou seja, como é que a autarquia gasta dez mil euros para *“chegar”* à ARCIL, seis mil euros, Instituição que merece toda a consideração, *“por ser da terra.”* Citando: *“gostaria que me explicassem estes negócios e se há aqui alguma coisa que não esteja espelhada para eu poder perceber se os dez mil euros estão a ser bem empregues e que têm realmente o destino que nós desejamos.”* Apresentou uma correção relativa a uma intervenção na passada reunião do Executivo, quando falou nos passadiços e nas depressões e perigo que estão a acontecer na via, sobretudo para o trânsito a pesados que na sua perspetiva já devia estar condicionado e sinalizado. Mencionou que durante o fim-de-semana constatou que algumas viaturas estavam estacionadas no largo, não sabendo se, entretanto, foram tomadas algumas medidas, todavia pretende hoje contextualizar e esclarecer as suas afirmações. Citando: *“eu não quis dizer nunca que são os passadiços os responsáveis por aquelas depressões, acho que ficou no ar que os passadiços é que deviam estar a desmoronar a estrada, não, nada disso. O que eu sempre falei é que nós quando lá edificámos os passadiços se calhar faltou-nos*

fazer o estudo geotécnico, perceber que aquele pavimento poderia acolher aquela estrutura. Foi sempre isto que eu só defendi. Acho que fizemos sem ter as devidas precauções a montante. Em nada, os passadiços não estão a puxar a estrada, não estão a estragar a estrada, muito provavelmente até podem estar a sustê-la. As depressões, para mim, representam perigo para os utilizadores, sobretudo as viaturas pesadas.” Disse, ainda, que teve conhecimento, até pelo próprio, que o autarca das Gândaras está a meio tempo em serviço na autarquia, todavia aufere o ordenado por inteiro, pelo que pediu ao **Senhor Presidente** esclarecimentos sobre este assunto e que a informação fosse acompanhada por todos os recibos de vencimento desde que assumiu as funções a meio tempo, como Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras. Concluiu a sua intervenção parabenizando Camila Rebelo por ter conseguido os mínimos para os Jogos Olímpicos de Paris dois mil e vinte e quatro. -----

**O Senhor Vereador Joao Santos** interveio para dar nota que tiveram hoje início as Férias Ativas, projeto muito importante e que tem tido sempre reconhecimento, contando com cerca de sessenta participantes, e, desta forma, dando resposta às famílias nesta pausa letiva da Páscoa, nomeadamente com a organização de diversas atividades recreativas, culturais e formação. Na área do desporto, disse que o fim-de-semana foi muito positivo: para além da atleta Camila Rebelo ter garantida a sua participação nos Jogos Olímpicos, o atleta Diogo Cancela, realizou novo mínimo paralímpico exigido para Paris 2024 e será, neste momento, o atleta número um em termos de ranking mundial na natação. Deixou uma palavra de apreço para a Louzan Natação, aos atletas Gabriel Lopes, Camila Rebelo, Inês Henriques e Afonso Costa que bateram o record nacional dos 4 x 100 metros Estilo, no Open Portugal que decorreu na Madeira; destacou, também, a atleta Catarina Amado que se tem distinguido meritariamente e com um percurso muito digno e que, agora, venceu a supertaça de futebol feminino. Deu nota da realização do torneio do “Jogo do Burro”, organizado pela Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, e às várias associações e algumas empresas que se associaram a este torneio. Realizou-se, também, um torneio de Clubes de Badminton, promovido pelo Cabril, Serpins, que juntou cerca de duzentos e vinte atletas, sendo este o torneio mais participado de sempre e com uma excelente organização, nesta

modalidade. Informou o Executivo que será assinalado durante esta semana o Dia Internacional da Atividade Física, com várias atividades em aberto, nomeadamente com o Projeto Lousã a Mexer +. Fez uma referência ao Clube Recreativo Vilarinhense, pelo evento “Noite da Bifana” que se realizou no passado fim-de-semana com bastante adesão e convívio por parte de Vilarinhenses e Lousanenses. Informou, também, o Executivo da sua participação e representação da Câmara Municipal, na Feira Internacional de Negócios que teve lugar no Brasil, integrada numa Comitiva da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, adiante designada por CIM-RC, onde foram feitos vários contactos e que, segundo a sua perspetiva, foi um momento de afirmação da região de Coimbra ao nível turístico e de capacitação de receção de alguns investidores brasileiros com vontade e curiosidade em procurar esta região para executar alguns investimentos, quer ao nível de negócio, quer ao nível turístico. Em resposta ao **Senhor Vereador Victor Carvalho** esclareceu que, ainda antes da mudança de hora, a Câmara Municipal solicitou à E-Redes para fazer os ajustamentos necessários, todavia, uma vez que esteve ausente na semana passada, vai verificar se está tudo regularizado. Relativamente à sugestão apresentada para a Rua Comandante João Ramos, afirmou que as mudanças introduzidas são sempre fundamentadas em informações técnicas e a informação recolhida da Secção de Obras Municipais é que esta seria a melhor solução, nomeadamente, pela manutenção da abertura da conhecida “passagem de nível do Arunce” que ao manter-se permite alguma variação no trânsito e circulação diferente. A sugestão apresentada pelo Senhor Vereador também foi estudada pela Câmara Municipal e, apesar das obras em curso, não se inviabiliza futuramente essa possibilidade. A questão da circulação de camiões e a passagem na Avenida do Brasil não se resolve apenas com aquela via, daí que, neste momento, não é, de todo, a melhor solução, acrescentando o facto de, tecnicamente, ter sido proposto manter aquele sentido. -----

**O Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio começando por saudar a presença da comunicação social na reunião. Em seguida, e esclarecendo a questão do acesso de trânsito pesado à Senhora da Piedade, informou que já foi alvo de condicionamento há largos meses. Existe sinalização explícita em que o acesso só poderá ser efetuado sob prévia autorização da Câmara Municipal o que,



oportunamente, foi articulado com a empresa ITECONS. Como tal, todos os acessos ao espaço central são feitos com o conhecimento e o parecer da Divisão de Obras Municipais, com os necessários ajustes em matéria de visita turística. Informou que no passado dia vinte e um de março, a Câmara Municipal celebrou um protocolo com as Associações de Moradores das Aldeias do Talasnal, Casal Novo, Vaqueirinho, Catarredor e Candal contemplando a entrega de cerca de dez mil árvores autóctones. Estas árvores, disse, estão todas incluídas na área integrada em gestão de paisagem e têm como objetivo principal a mitigação dos cortes rasos e abates que têm ocorrido em uma franja bastante significativa da Serra. Informou que está acordada a sua plantação no próximo mês de novembro, pelo facto de ser o momento mais adequado para esse efeito. Deu nota que participou em um Seminário da Silveira Tech, no âmbito de um programa onde foi possível a partilha de conhecimentos de valores como água, solo, através de utilização de técnicas de vanguarda, neste caso, conhecer mais a fundo um projeto de grande relevância e que diz respeito à preservação dos valores ambientais da Serra da Lousã. Aproveitou a presença da Comunicação Social para dar nota de um Open Day no próximo dia vinte e dois de abril com o objetivo de promover e sensibilizar as pessoas para a adoção dos animais que estão no canil, porque foram abandonados, situação que se tem vindo a agravar desde o fim da Covid-19, e que se intensificou ainda mais desde o início deste ano. Deu nota que esteve no sábado num evento de angariação de apoio à Marcha de Vilarinho, com bastante adesão por parte da comunidade. Informou que no próximo dia doze, realizar-se-á a reunião da Comissão Municipal da Gestão Integrada de Fogos Rurais para a preparação da próxima época crítica. Ainda sobre o desfasamento de acerto de relógios na mudança da hora, aditou que, eventualmente, poderá existir algum relógio de IP manual, todavia, na maioria do concelho, todos os relógios já são solares e, por isso, acertam automaticamente produzindo os efeitos desejados de poupança energética, conforme o **Senhor Vereador Victor Carvalho** referiu. Concluiu a sua intervenção, informando que no âmbito de uma candidatura ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, adiante designado por IHRU, através da componente de apoio à habitação do PRR para o parque público de habitação a custos acessíveis, os municípios tiveram oportunidade através da CIM-

RC de identificar imóveis para a criação do parque para esta tipologia de habitação. Referiu que o Município da Lousã identificou um conjunto de edifícios do seu próprio património, mas também de particulares, especialmente aqueles que apresentam um estado de degradação elevado e que possam integrar esta bolsa. Foram, também, identificados lotes para construção, sendo o intuito do município construir um número significativo de fogos a preços mais baixos, colmatando o deficit de habitação acessível no concelho. No dia vinte e dois de março foi celebrado um acordo de cooperação entre o IHRU, CIM-RC e o Município da Lousã, que visa promover e desenvolver os projetos de habitação a custos acessíveis para construção ou reabilitação e que se destinam a arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível conforme Decreto-lei nº 68/2019, tendo ficado acordado, para o Município da Lousã, a execução de cento e cinquenta e cinco fogos, com um investimento previsto de cerca de catorze milhões de euros.-----

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** tomou a palavra começando por cumprimentar a representante da Comunicação Social do Jornal O Trevim. Seguidamente, saudou o Projeto-lei da Iniciativa Liberal por ser um tema que já se tem debatido muitas vezes, já foi aprovado, no passado, em Assembleia Municipal e já foi reprovado, há pouco tempo, e que diz respeito à transmissão e divulgação das sessões e reuniões públicas das autarquias locais. Referiu-se ao projeto que foi aprovado, inclusivamente pelo PS, o que torna “*vinculativo a possibilidade de...*” ao que os Vereadores do PSD andam a debater. Na sua perspetiva não deveria ser necessário existir uma lei que obrigasse as autarquias às transmissões, porque se trata de uma questão de brio, a fim de se poder mostrar o trabalho desenvolvido para que as pessoas possam assistir com mais comodidade e por via remota, conforme aconteceu no tempo da pandemia. Disse não perceber se foi alguma coisa que não correu bem em algumas perspetivas, mas para o PSD é importante e é mais um sinal de transparência e de desejo que as pessoas possam participar da vida política do seu município. Referiu-se ao atraso nas obras do Metro Mondego que passou do primeiro trimestre para o mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro. Por último, disse que o **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** esteve a falar de um tema muito importante que tem a ver com a

habitação e com o drama que se está a passar, e que inclusivamente, foi alvo de manifestações no passado fim-de-semana. Todavia a forma como o Governo está a conduzir este tema deixa bastantes considerações a fazer, porque por um lado criou medidas importantes, mas por outro lado está a suscitar uma insegurança de uma parte importante da sociedade que são os investidores. Citando: *“Eu acho que isto é um Programa Mais Habitação Menos Confiança, porque o que está a acontecer... no que diz respeito a Alojamento Local, embora eu ache que não sejam impactantes em territórios de baixa densidade como o nosso, eu quero acreditar que o efeito é nulo, porque não há município que vá limitar os Alojamentos Locais ou deixar de renovar em dois mil e trinta, julgo eu. São investimentos de demasiada importância para a economia local e é preciso saber valorizar essa importância que eu acho que é algo que este Governo não está a fazer. Só o próprio uso da palavra coercivo é algo que me incomoda muito.”* Concluiu aqui a sua intervenção sobre este tema, dando nota que o retomará em devido tempo. -----

**A Senhora Vice-Presidente** interveio, dando nota ao Executivo das múltiplas dinâmicas que a autarquia tem desenvolvido ao nível da Educação e Cultura, junto da comunidade escolar e sociedade em geral. Referiu dois programas educativos que pretendem estimular as crianças e os jovens, na capacidade de empreendedorismo e de encontrar soluções para problemas, nomeadamente o Projeto My Polis e o Projeto Imagine Create Succeed em parceria com a CIM-RC, incentivando os jovens a uma maior participação através de projetos inovadores. Também neste âmbito, deu nota das atividades desenvolvidas com três Jardins de Infância, através do programa LEGO Education, em que as crianças foram desafiadas a desenhar em Lego a sua comunidade e como a desejariam. Na área da Cultura mencionou um conjunto de eventos, nomeadamente: o Dia Mundial do Livro Infantil; o Dia Mundial do Teatro; a Semana da Floresta, onde as crianças celebraram o dia da árvore, o dia da água e refletiram sobre o planeta e o ambiente; o Dia da Poesia, com a sua expressão máxima na sessão de apresentação pública do Vencedor da 1.ª edição do Prémio Literário Carlos Carranca, Fernando Fitas, com a obra “A clandestina idade dos pequenos segredos”, entretanto publicada pela Câmara. Referiu que foi inaugurado o Espaço

Cura, em Serpins, recordando que este trabalho foi iniciado através do Projeto Música Portuguesa a Gostar Dela Própria. Associou-se às palavras que foram proferidas ao nível do Desporto e aos excelentes resultados alcançados pela Academia de Bailado da Lousã. Por último, enalteceu e parabenizou o compositor e artista Hélder Bruno, que foi nomeado para duas categorias dos International Portuguese Music Awards. Deu nota que neste mês, a partir de 11 de abril, decorrerá a programação ligada às comemorações do 25 de Abril, que irá prolongar-se mais intensamente até meados de maio. As atividades propostas são intergeracionais, envolvendo a dimensão da memória e do futuro, de acordo com as orientações da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, estando previsto o envolvimento desde as crianças das Férias Ativas até ao público sénior das IPSS. Fez uma apresentação detalhada de todos os eventos ao nível da Cultura, culminando com a informação sobre a sessão solene dos quarenta e nove anos do 25 de Abril que terá lugar nesse mesmo dia. Concluiu a sua intervenção fazendo referência ao facto de a autarquia ter assumido, hoje, a transferência de competências na área da Ação Social conforme estava previsto. Disse que foi um processo preparado previamente e com rigor, e que será avaliado e acompanhado a par e a passo. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** usou da palavra a fim de responder às questões que lhe foram endereçadas. O ajuste direto com a Iventis Lousã tem a ver com a realização do evento solidário, desde as condições fixadas pela organização. Informou que está previsto a criação de mil e cem lugares que terá uma bilheteira que rondará os dezasseis mil e quinhentos euros, sendo 50% para a ARCIL. Relativamente aos dez mil euros, informou que se destinam à componente logística inerente à realização do espetáculo. Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, informou que tem a ver com o exercício do seu mandato. Disse que a informação solicitada será prestada, adiantando, no entanto, que está perfeitamente regular e enquadrado pela lei, conforme o exercício do seu mandato e as funções que desempenha na entidade Câmara Municipal. Assinalou as questões que foram apresentadas sobre a habitação e acrescentando ao que o **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** que a concretização de cada uma das tipologias de operação de criação de habitação tem inerente a execução de um

protocolo específico e realçou que existem situações de regeneração e de adaptação de edifícios já existentes e outras que dizem respeito ao aproveitamento de terrenos para construção de habitação e com perfil multifamiliar. Informou que existem terrenos e edifícios património da Câmara Municipal e a identificação de um conjunto de espaços e habitações de iniciativa privada. Deu nota que se trata de um processo em desenvolvimento. Sobre o atraso temporal no processo de implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego, informou que diz respeito à providência cautelar que foi colocada em Coimbra, tendo provocado a suspensão dos prazos relativamente às árvores, todavia, a situação já está resolvida e o processo encontra-se em desenvolvimento. Salientou as questões relativas às várias iniciativas e dinâmicas nas áreas do Desporto e da Cultura nas várias vertentes artísticas, assinalando em particular a entrega da 1ª Edição do prémio literário Carlos Carranca e a abertura e entrada em funcionamento da CURA, iniciativa descentralizada que teve lugar na Freguesia de Serpins. Assinalou, igualmente, as informações prestadas relativamente às comemorações do 25 de Abril e deu nota que, oportunamente, será dada a respetiva informação. Realçou que, tanto a nível desportivo e recreativo, como na cultura, as ações têm o forte apoio da Câmara Municipal e que têm proporcionado uma maior atratividade e promoção do concelho. Relativamente à cedência das árvores para reflorestação, explicitou que os cortes que têm existido na Serra não são da responsabilidade do município, que tem feito oposição ao licenciamento por parte de outras entidades. Sublinhou que a Câmara Municipal não tem capacidade de intervenção efetiva nestas questões, mas a cedência das árvores, à semelhança do que já aconteceu em anos anteriores a outras entidades e para outros fins, é uma forma de mitigar algumas áreas, nomeadamente nas Aldeias do Xisto. Em relação à intervenção da **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** afirmou que, no que respeita a algumas das medidas do Alojamento Local e outras, algumas ficaram só na última formulação na proposta do Governo para a Assembleia da República para municípios do litoral. - **A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interpelou para dizer que sabia disso, e que aquando da sua intervenção estava apenas a fazer o enquadramento quando foi interrompida pelo **Senhor Presidente**. Disse que estava devidamente fundamentada,

apenas tinha algumas questões para fazer, todavia fá-lo-á em uma outra oportunidade. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou para dizer que não ficou totalmente esclarecido, pelo que reiterou a questão colocada relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, Sr. Artur Jorge Correia. Citando: *“se me disse que ele sempre cumpriu a lei, ou se, neste momento, a questão dos meios tempos está resolvida, mas que no passado não terá estado. Pergunta de sim ou não para não perdermos tempo.”* Relativamente à Rua Comandante João Ramos, verificou que o **Senhor Vereador João Santos** fez uma intervenção, no entanto, o **Senhor Presidente** não fez qualquer referência ao assunto, pelo que gostaria de perceber a sua opinião sobre o mesmo. -----

O **Senhor Presidente** retomou a palavra para dizer que sobre a Rua Comandante João Ramos, o **Senhor Vereador João Santos** já havia referido e o assunto ainda não está fechado. Seja qual for o sentido em que venha a ficar a rua, é possível qualquer um dos sentidos. Sobre a questão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, reiterou que o exercício do seu mandato está e esteve em conformidade com o que a lei estipula, porque a lei é a mesma.-----

## 2 - Ordem do Dia -----

### 2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 20 de março de 2023. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** pediu a palavra começando por solicitar ao **Senhor Presidente** que fizesse a leitura da ata em voz alta.-----

O **Senhor Presidente** informou que se dispensa a leitura da ata desde que a mesma tenha sido remetida a todo o Executivo, facto que se confirma. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** concordando com a resposta do **Senhor Presidente**, afirmou dispensar a leitura da ata, todavia solicitou esclarecimentos sobre a alteração de conteúdo de texto das atas publicitadas no Portal do Município, porque não estão em conformidade com os projetos que lhes são remetidos e é com base nos mesmos que são votados em cada reunião. Acrescentou que tomou nota desta ocorrência recentemente e por mero acaso, num momento em que estava a fazer consultas. Acrescentou, ainda, que para não causar quaisquer constrangimentos administrativos, solicitava que lhes fossem

remetidas todas as atas que fossem alvo de retificação, citando: “*sob pena de parte dos atos e deliberações tomadas sejam consideradas nulas.*” -----

**O Senhor Presidente** respondeu dizendo que se trata de uma situação que nem sequer colocaria, tendo sido agora mesmo informado pela trabalhadora da autarquia que elabora as atas dos Órgãos Executivo e Deliberativo que poderá resultar na introdução de contributos de melhoria ou correção de texto. -----

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interpelou para clarificar que a questão tem a ver com o facto de lhes ser apresentado um projeto de ata que, na própria reunião, aprovam ou não, conforme a concordância ou sugestão de alteração e/ou melhoria, mas não foi isso que aconteceu. São atas em que não houve qualquer observação e, depois, o que é publicado não corresponde ao que é votado. Afirmou que havendo lugar a quaisquer ajustes, devem ser plasmados e identificados dando conhecimento a todo o Executivo. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** retomou a palavra para dizer que verificou a situação por mero acaso e sobretudo por causa de duas ou três questões que se passaram nas últimas reuniões. Disse que não foi verificar todas as atas anteriores, nem disse que ninguém foi alterar sentidos de voto, não é isso que está em causa. -----

**O Senhor Presidente** interpelou para dizer que não é admissível essa suspeição. A trabalhadora está presente na reunião e o procedimento de elaboração do trabalho está definido desde há muitos anos. Afirmou, ainda, que da sua parte não há mais nenhuma intervenção e, caso haja alguma questão adicional não será deliberada e muito menos alteração de um qualquer sentido de voto. Segundo informação recolhida por parte da referida trabalhadora, as eventuais alterações são decorrentes de melhoria e/ou correção de texto e da sua parte, apenas assina a ata que, posteriormente, segue para publicitação no Portal do Município, não tendo mais qualquer intervenção no documento. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou novamente para deixar claro e afirmar que a pretensão é que se houver alterações ao texto da ata, os Vereadores do PSD têm que ser informados, caso contrário, estão a votar um documento que não corresponde ao publicado no Portal do Município e, reiterou, que em nenhum

momento pôs em causa a alteração de sentidos de voto e que também não fez quaisquer suspeições, porque as alterações de texto estão lá. -----

Feitos os devidos esclarecimentos, o **Senhor Presidente** colocou à votação de todo o Executivo Municipal a ata da reunião de Câmara realizada no dia vinte de março do ano de dois mil e vinte e três, nos termos do nº 2 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com três abstenções do PSD, aprovar a ata. A Senhora Vice-Presidente não participou na votação, por não ter estado presente na reunião. -----

## **2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara:** -----

**2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere a Concessão de Incentivos ao Investimento à empresa J. CARRANCA REDONDO, LDA, ao abrigo do disposto do nº 2 do artigo nº 11 do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município da Lousã e nos termos constantes no Parecer da Comissão de Análise.** -----

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** usou da palavra, citando: *“penso que desde que existe o regulamento será a primeira vez que vem a reunião este pedido de concessão de incentivos ao investimento e queria só referir que acho que é da vontade de todos que, pelo menos em uma das reuniões mensais, viesse na Ordem de Trabalhos, um pedido deste tipo de isenção, que era sinal que o concelho estava realmente a progredir, em termos económicos e de fixação de empresas. O nosso sentido de voto, claramente, será a favor e nada mais tenho a dizer.”*-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a Concessão de Incentivos ao Investimento à empresa J. CARRANCA REDONDO, LDA, ao abrigo do disposto do nº 2 do artigo nº 11 do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município da Lousã e nos termos constantes no Parecer da Comissão de Análise. Mais deliberou aprovar a minuta do Contrato de Concessão de Investimentos, prevista no artigo nº 12 do referido regulamento, a celebrar entre o Município da Lousã e a empresa J. Carranca Redondo, Ld.ª, onde estão estipulados os direitos e deveres das partes, os prazos de execução, as sanções aplicáveis em caso de incumprimento, bem como a identificação de incentivos a conceder. Documento que por ser extenso se dá por

integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas  
- (doc. nº 1 (um)). -----

**2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de apoios financeiros no montante de 33.750,00 € destinado às entidades participantes nas marchas de São João do ano de 2023.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade autorizar a atribuição de apoio financeiro às entidades participantes nas Marchas de São João do ano de dois mil e vinte e três, no valor total de EUR: 33.750,00 (trinta e três mil setecentos e cinquenta euros) nos seguintes termos: -----

Santa Casa da Misericórdia da Lousã, NIPC 500 876 983 - Marcha "Afetos entre Gerações", EUR: 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros); -----

ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã, NIPC 508 407 613 - Marcha "10 anos ACTIVAR no São João", EUR: 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros); -----

Rancho Folclórico Flores de Serpins, NIPC 501 725 237 - Marcha Infantil da Vila de Serpins, EUR: 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros); -----

ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, NIPC 501 227 083 - Marcha Vamos ao "Circo", EUR: 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta euros); -----

Clube Recreativo Vilarinhense, NIPC 501 948 430 - Marcha de Vilarinho, EUR: 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta euros); -----

Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras, NIPC 501 380 019 - Marcha da ARCS das Gândaras, EUR: 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta euros); -----

Pegadas D'Emoção - Clube Motard, NIPC 509 881 459 - Marcha da Pegadas D'Emoção, EUR: 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta euros); -----

Marcha dos Cinco Lugares - União Recreativa, NIPC 506 280 748 - Marcha dos Cinco Lugares, EUR: 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta euros); -----

Rancho Folclórico Flores de Serpins, NIPC - 501 725 237 - Marcha da Vila de Serpins, EUR: 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta euros); -----

O valor em causa foi cabimentado e comprometido no dia vinte e sete de março do ano de dois mil e vinte e três, através dos documentos internos nº 99 a 107/2023,

na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das Grandes Opções do Plano com a designação 02 251 2022/45-3. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)).-----

**2.2.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere autorizar a abertura de procedimento concursal para recrutamento de trabalhador. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta autorizar a abertura do procedimento concursal para recrutamento de um técnico superior na área de engenharia civil a afetar à Unidade Técnica de Obras Municipais da Divisão de Obras Municipais e Ambiente. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 3 (três)). -----

**2.2.4 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de participação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 322,29 € , no âmbito do projeto 116: "Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano." -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de uma participação financeira no valor de EUR: 322,39 (trezentos e vinte e dois euros e trinta e nove cêntimos) à CIM-RC, NIPC: 508 354 617, no âmbito do Projeto 116 - “Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano”. O valor em causa está cabimentado e comprometido através do documento interno nº 108/2023, de vinte e sete de março do ano de dois mil e vinte e três, através da rubrica orçamental 0102/04050104 e no projeto das Grandes Opções do Plano com a designação 04 420 2022/74-1. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)). -----

**2.2.5 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da transferência para financiamento da tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos relativa ao mês de dezembro de 2022, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com três abstenções do PSD aprovar a transferência para financiamento da tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos relativa ao mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº147/2017, de 5 de dezembro. O valor em causa tem cabimento e compromisso acautelado, através do documento interno nº 129/2020, de vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e dois, através da rubrica orçamental 0102/04080202 e no projeto das Grandes Opções do Plano com a designação 02 232 2022/22. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 5 (cinco)). -----

### **2.3 – Proposta do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente:---**

**2.3.1 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro às Associações culturais, recreativas e juvenis do Concelho no montante global de 63.000,00 € destinado à prossecução das respetivas atividades regulares. -----**

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interveio para dizer o seguinte, citando:

*“estamos aqui a atribuir financiamento às associações com base num regulamento de setembro do ano de dois mil e dez, passaram doze anos e meio. Eu acho que já é hora de haver uma renovação. Desde que tomei posse neste Órgão do Executivo que ouço falar que vai sair, que está a ser estudado, que está a ser feito, mas acho que em doze anos e meio, muitas coisas mudaram, eu acho que era importante de uma vez por todas que este regulamento, esta proposta saísse rapidamente para que nós possamos adequar e ajustar da melhor forma a atribuição das verbas a todas estas entidades que terão o seu mérito, mas que com certeza precisa aqui de afinações.”-----*

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** disse a complementar que para além da necessidade de atualizar e ajustar o regulamento à atualidade, é, também, de opinião que não traz qualquer vantagem separar as despesas de transporte com o valor atribuído, deveria ser junto, quer nas associações, quer nos clubes desportivos, aproveitando o momento para solicitar mais documentação. Solicitou todas as faturas comprovativas e apresentadas quer pelas associações recreativas

e juvenis, quer dos clubes para perceber, nos últimos três anos, que valor médio é que poderá estar aqui em causa. -----

**A Senhora Vice Presidente** interveio para corrigir uma gralha na proposta, MAPA I, onde se lê PERFUMATIVAS, dever-se-á ler PERFORMATIVAS. Disse ainda que relativamente à atribuição de quilómetros a proposta está feita de acordo com a análise dos quilómetros que as entidades usaram no ano anterior.

**O Senhor Presidente** reforçou que, relativamente aos transportes, quer no que diz respeito ao Desporto, quer à Cultura, a atribuição é feita em função do uso real das entidades nos anos anteriores e, como base nisso, foi feito o ajuste, no caso da Cultura. Quanto ao Desporto, foi definida a atribuição autónoma no sentido de o apoio ser para transportes e não para o restante funcionamento. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta autorizar a atribuição de apoio financeiro às Associações Culturais, Recreativas e Juvenis do Concelho no montante global de EUR: 63.000,00 (sessenta e três mil euros) destinado à prossecução das respetivas atividades regulares, nos seguintes termos: -----

- Proposta de Apoio Regular às Associações Culturais, Recreativas e Juvenis do Concelho da Lousã: -----

Associação Arauz, NIPC 516 269 054, no valor de EUR: 750,00 (setecentos e cinquenta euros); -----

Bloom - Associação Sócio Cultural, NIPC 508 493 684, no valor de EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros); -----

Acucl-Associação Combatentes do Ultramar do Concelho da Lousã, NIPC 510 726 429, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros); -----

Concertinas Sons de Vilarinho Associação Cultural, NIPC 513 879 978, no valor de EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros); -----

Associação Recreativa e Cultural do Padrão, NIPC 501 320 458, no valor de EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros); -----

Efeitardosia - Associação de Dinamização Sociocultural, NIPC 509 137 962, no valor de EUR: 2. 500,00 (dois mil e quinhentos euros); -----

GCL - Associação Cultural do Grupo de Concertinistas da Lousã, NIPC 508 912 008, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros); -----

Associação Cultural Princesa Peralta da Lousã, NIPC 513 135 596, no valor de EUR: 3 000,00 (três mil euros); -----

Associação Filarmónica Serpinense, NIPC 504 034 162, no valor de 7 500,00 (sete mil e quinhentos euros);-----

Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras, NIPC 501 380 019, no valor de EUR: 4 000,00 (quatro mil euros);-----

Centro Social e Cultural da Ponte Velha, NIPC 504 572 849, no valor de EUR: 250,00 (duzentos e cinquenta euros);-----

CVAC - CERDEIRA VILLAGE ART & CRAFT, Associação, NIPC 510 679 102, no valor de EUR: 2 000,00 (dois mil euros); -----

TREVIM - Cooperativa Editora e de Promoção Cultural, CRL, NIPC 500 884 234, no valor de EUR: 2 000,00 (dois mil euros); -----

ENCERRADO PARA OBRAS - Associação Cultural e Artística, NIPC 505 507 978, no valor de EUR: 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros);-----

Escola Concertinistas da Lousã - Associação M.E.R.M.P., NIPC 508 888 638, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros); -----

GERL - Grupo Etnográfico da Região da Lousã, NIPC 513 012 443, no valor de EUR: 1 350,00 (mil trezentos e cinquenta euros);-----

Liga dos Amigos do Museu Etnográfico Dr Louzã Henriques - LAMELH, NIPC 508 530 210, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros); -----

CORDOSAPLAUSOS - Associação, NIPC 516 176 323, no valor de EUR: 3 500,00 (três mil e quinhentos euros);-----

Pedrinhas Cooperativa Solidariedade Social e Cultural - PEDRO BRAZIÃO RODRIGUES, CRL, NIPC 515 032 042, no valor de EUR: 1 500,00 (mil e quinhentos euros);-----

Clube Recreativo de Vilarinhense (Rancho Folclórico e Etnográfico de Vilarinho), NIPC 501 948 430, no valor de 2 250,00 (dois mil duzentos e cinquenta euros); --

ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã - RANCHO FOLCLÓRICO DA ARCIL, NIPC 501 227 083, no valor de EUR 750,00 (setecentos e cinquenta euros); -----

Rancho Folclórico Flores de Serpins, NIPC 501 725 237, no valor de EUR: 2 250,00 (dois mil duzentos e cinquenta euros); -----

Rancho Infantil Estrelinhas Ponte do Areal- Rancho Típico Serra da Lousã, NIPC 501 244 271, no valor de EUR:2 500,00 (dois mil e quinhentos euros);-----

Sociedade Filarmónica Lousanense, NIPC 501 542 159, no valor de EUR: 8 500,00 (oito mil e quinhentos euros);-----

TEAMUS - Associação de Artes Performativas, NIPC 516499220, no valor de EUR: 1 500,00 (mil e quinhentos euros);-----

Corpo Nacional de Escutas - CNE Escutismo Católico Português - Agrupamento 656 - CNE Lousã, NIPC 500 972 052, no valor de EUR: 1.500,00 (mil e quinhentos);-----

Corpo Nacional de Escutas - CNE Escutismo Católico Português - Agrupamento 1367 - CNE Serpins, NIPC 500 972 052, no valor de EUR: 900,00 (novecentos euros);-----

Associação da Juventude Adventista - DESBRAVADORES DE SERPINS, NIPC 506 074 064, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros);-----

- Proposta de Apoio nos Custos com Transportes das Associações Sociais Culturais e Recreativas do Concelho:-----

ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã, NIPC 508407613, no valor de EUR: 600,00 (seiscentos euros);-----

ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã, NIPC 504000349, no valor de EUR: 300,00 (trezentos euros);-----

Corpo Nacional de Escutas - CNE Escutismo Católico Português - Agrupamento 656 - CNE Lousã, NIPC 500 972 052, no valor de EUR:200,00 (duzentos euros); -

ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, NIPC 501 227 083, no valor de EUR: 600,00 (seiscentos euros);-----

Associação Cultural Princesa Peralta da Lousã, NIPC 513 135 596, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros);-----

Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras, NIPC 501 380 019, no valor de 600,00 (seiscentos euros);-----

Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins, NIPC 501537554, no valor de EUR: 200,00 (duzentos euros);-----

Centro Social de Casal de Ermio, NIPC 504672410, no valor de EUR: 200,00 (duzentos euros);-----

Centro Social e Cultural do Pinhal, NIPC 503984892, no valor de EUR: 200,00 (duzentos euros);-----

Escola Concertinistas da Lousã - Associação M.E.R.M.P., NIPC 508 888 638, no valor de EUR: 300,00 (trezentos euros);-----

GERL - Grupo Etnográfico da Região da Lousã, NIPC 513 012 443, no valor de EUR: 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros);-----

GCL - Associação Cultural do Grupo de Concertinistas da Lousã, NIPC 508 912 008, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros);-----

CORDOSAPLAUSOS - Associação, NIPC 516 176 323, no valor de 600,00 (seiscentos euros);-----

Clube Recreativo de Vilarinhense - Rancho Folclórico e Etnográfico de Vilarinho, NIPC 501 948 430, no valor de EUR: 300,00 (trezentos euros);-----

Rancho Folclórico Flores de Serpins, NIPC 501 725 237, no valor de EUR: 1 200,00 (mil e duzentos euros);-----

Rancho Infantil Estrelinhas Ponte do Areal - Rancho Típico Serra da Lousã, NIPC 501 244 271, no valor de EUR: 1 200,00 (mil e duzentos euros);-----

Santa Casa da Misericórdia da Lousã, NIPC 500 876 983, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros);-----

Sociedade Filarmónica Lousanense, NIPC 501 542 159, no valor de EUR: 300,00 (trezentos euros);-----

O valor em causa foi cabimentado e comprometido no dia vinte e oito de março do ano de dois mil e vinte e três, através dos documentos internos nºs 109 a 154/2023, na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das Grandes Opções do Plano, com a designação 02 251 2022/45-2. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 6 (seis)).-----

#### **2.4 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:**

**2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento a José Sequeira que se sagrou Campeão Distrital no escalão M 70, na distância de 7.250 metros e com o tempo de 35,36 minutos no Campeonato Distrital de Corta Mato Longo - Veteranos, que teve lugar no Centro Hípico de Coimbra, no dia 19 de fevereiro de 2023.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo Municipal, a José Sequeira, que se sagrou Campeão Distrital no escalão M 70, na distância de sete mil duzentos e cinquenta metros e com o tempo de 35,36 minutos no Campeonato Distrital de Corta Mato Longo - Veteranos, que teve lugar no Centro Hípico de Coimbra, no dia dezanove do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três. Este voto é extensivo a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 7 (sete)). -----

**2.4.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à Associação Louzan Natação que obteve o primeiro lugar no Medalheiro no escalão Absoluto com 16 medalhas de ouro, 1 de Prata e 4 de Bronze, no Campeonato Interdistrital de Juvenis, Juniores e Absolutos, que teve lugar em Coimbra entre os dias 16 e 19 de março de 2023.**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo Municipal, à Associação Louzan Natação que obteve o primeiro lugar no Medalheiro no escalão Absoluto com dezasseis medalhas de ouro, uma de Prata e quatro de Bronze, no Campeonato Interdistrital de Juvenis, Juniores e Absolutos, que teve lugar em Coimbra entre os dias dezasseis e dezanove do mês de março do ano de dois mil e vinte e três. Este voto é extensivo a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para os excelentes resultados alcançados. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 8 (oito)). -----

**2.5 - Proposta da Senhora Vice-Presidente: -----**

**2.5.1 - A Senhora Vice-Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de março de 2023, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social.-----**

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interveio para questionar porque é que os diversos tipos de apoio ao nível de saúde, renda e eletricidade têm, invariavelmente, o mesmo valor “redondo”. -----



A **Senhora Vice-Presidente** esclareceu que existe um fundo de maneiio que se destina ao apoio ao pagamento de determinadas despesas de necessidade pontual, não correspondendo, necessariamente à quantia exata, mas arredondada, a não ser em caso de absoluta necessidade. -----

O **Senhor Presidente** acrescentou, ainda, que é elaborada a análise técnica social do utente para a atribuição do apoio, sendo necessário saber, entre outros elementos, o tipo de rendimentos e apoios complementares que o utente possa ter, bem como a tipologia do agregado familiar, havendo os respetivos comprovativos. A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os apoios concedidos no mês de março do ano de dois mil e vinte e três, pela Unidade de Intervenção Social e Saúde, no valor de EUR: 4.000,00 (quatro mil euros). A despesa tem cabimentação orçamental na rúbrica 0102/04080202. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 9 (nove)). -----

## **2.6 – Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana: -----**

### **2.6.1 – Proc. nº 21/2021 de 17.01.2023, Requerimento nº 608 – Emissão de declaração de caducidade da licença de obras.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e de acordo com a informação da técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana, declarar a caducidade da licença para conclusão de obras de reconstrução de um edifício destinado a alojamento local, a que se refere o requerimento nº 608, de dezassete de janeiro, do ano de dois mil e vinte e três, proc.º nº 21/ 2021, e localizado na Rua Carlos Rebelo da Mota Arnaut, lote nº 3, cuja requerente é Daniela Sofia Lopes Ferreira. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 10 (dez)). -----

## **2.7 – Público: -----**

Por razões de proteção de dados pessoais no âmbito do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados, não são mencionados mais elementos identificativos do cidadão interveniente, que, antecipadamente, preencheu a respetiva de declaração de consentimento para participação nesta reunião pública do Executivo

Municipal salvaguardando, desta forma, a recolha e tratamento dos seus dados pessoais. -----

**1. Sr. João Pereira da Silva** veio reiterar a sua reclamação relativa ao impedimento de acesso à sua garagem, causado pela colocação de andaimes na Travessa da Graça e Rua do Comércio, por obras em curso numa edificação, estando, no entanto, os trabalhos parados desde o mês de janeiro e os constrangimentos mantêm-se. Disse que já fez reclamações por escrito, às quais não teve resposta até hoje. Solicitou a intervenção da Câmara Municipal neste assunto, uma vez que é um cidadão idoso, com algumas dificuldades de mobilidade e que paga os seus impostos, motivo pelo qual sente que tem o direito de ser atendido. -----

**O Senhor Presidente** esclareceu o munícipe que a obra tem processo de licenciamento relativamente à ocupação da via pública, onde se salvaguarda o acesso a veículos às garagens existentes, sendo que nos casos em que o referido acesso fique impossibilitado, será da responsabilidade da requerente articular com os proprietários as alternativas e/ou encargos que daí advém. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal lhe remeteu ofício registado com aviso de receção a prestar os esclarecimentos e informações tidas por conveniente, todavia, o munícipe não levantou a referida comunicação, tendo a mesma sido devolvida à autarquia. Comprometeu-se a solicitar junto dos serviços de fiscalização a apreciação do assunto e ao reenvio da referida comunicação. -----

**2. Sr. Manuel Simões** veio expor ao Executivo Municipal três assuntos: começou por manifestar, reiteradamente, a sua indignação pelo facto de ter sido autorizado o licenciamento para passagem de música ao vivo, até às duas da manhã, num estabelecimento de café de um prédio de habitação, no qual reside. Adiantou que há dias em que ainda vai no passeio e já ouve a música, nem é preciso chegar a entrar em casa. Disse que esta situação tem sido recorrente ao longo de vários anos, motivo pelo qual tem feito várias reclamações, sem que produzissem qualquer efeito na prática. Seguidamente, e na qualidade de cidadão, chamou a atenção para a ocupação indevida dos passeios que agora, depois das obras de regeneração urbana, sofreram alterações e são substancialmente mais largos. Deu nota que em frente a estabelecimentos públicos de restauração com esplanadas, as pessoas sentam-se às mesas, de forma a impedir a passagem pedonal que,

frequentemente, tem que ser feita pela estrada. Por último, referiu-se aos lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida que “*mais parecem estacionamentos privados*”, porque os condutores estacionam e deixam as suas viaturas durante dias, contrariando desta forma o espírito da lei, nesta matéria. Concluiu a sua intervenção afirmando que o primeiro assunto que expôs o prejudica e que os outros o ofendem, enquanto cidadão, embora não esteja a imputar responsabilidades a ninguém, é apenas a sua constatação. -----

**O Senhor Presidente** em resposta ao munícipe disse que em relação ao funcionamento do estabelecimento de restauração e bebidas, de acordo com a informação de que dispõe, e segundo o regulamentado por lei, é possível autorizar o licenciamento para música ao vivo, três vezes por ano, ou seja, uma atividade pontual. Segundo a informação recolhida foram esses os licenciamentos que foram autorizados. Informou ainda que foi requerido horário mais alargado, todavia o licenciamento foi autorizado até à uma e meia da manhã. Relativamente a música ambiente, não dispõe de qualquer informação, aceitando a pertinência da exposição apresentada. Relativamente à ocupação do passeio por parte dos clientes dos estabelecimentos referidos, informou que iria remeter a situação aos serviços, a fim de verificarem se a situação está devidamente enquadrada e eventualmente introduzirem-se algumas melhorias a fim de permitir a normal circulação pedonal. Quanto à ocupação de lugares de estacionamento para pessoas com incapacidade, concordou com a falta de bom senso e uso adequado do espaço. -----

**O Senhor Vereador Ricardo Fernandes** pediu a palavra para esclarecer que relativamente ao barulho de música ao vivo, recorrentemente, no estabelecimento identificado ultrapassar a hora do licenciamento, é uma responsabilidade da GNR, pelo que o compromisso da Câmara Municipal, na sequência desta exposição, será remeter este assunto àquela força de segurança, a fim de proceder à respetiva fiscalização que é da sua competência. -----

**O Sr. Manuel Simões** interveio novamente dizendo que, inclusivamente, já fez um contacto para a GNR, e a resposta que obteve foi que o estabelecimento tinha autorização para o efeito, pelo que podia fazer o barulho que quisesse, ao que o **Sr. Vereador Ricardo Fernandes** respondeu não ser verdade. -----

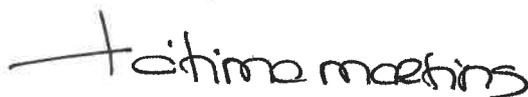
O **Senhor Presidente** reiterou a informação prestada e concordou que exista impacto e perturbação, sublinhando que o horário foi restringido, contrariando a vontade do requerente do estabelecimento. -----  
-----

Nada mais havendo a tratar, às quinze horas o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes e por, Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----  
-----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

  
-----